

**TEJERIZO GARCÍA, Carlos. Arqueología de las sociedades campesinas en la cuenca del Duero durante la Primera Alta Edad Media. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2017.**

**Eduardo Cardoso Daflon**  
Universidade Federal Fluminense

Os estudos sobre a Alta Idade Média vêm passando por uma forte renovação nos últimos anos. Um dos grandes exemplos da mudança experimentada pela área é a obra *Framming the Early Middle Ages*, de Chris Wickham,<sup>1</sup> livro que sinaliza algumas profundas e necessárias transformações no que diz respeito à historiografia desse período. Entre elas, a incorporação sistemática das referências arqueológicas e um foco maior no mundo rural e no campesinato como um agente histórico fundamental, o que favorece novos olhares para esse período fundamental da história humana enquadrado pela passagem do Império Romano e o advento de um mundo propriamente medieval.

Assim, pode-se dizer que o livro de Wickham é em alguma medida tributário do desenvolvimento da arqueologia rural. Contudo, trata-se de uma área de conhecimento que vem conhecendo um desenvolvimento bastante heterogêneo no continente europeu, com algumas regiões pioneiras – como Alemanha e Inglaterra – desenvolvendo-o desde princípios do XX enquanto outras – como os países ibéricos – o iniciam bem mais tardiamente.<sup>2</sup> Assim, a cultura material ainda é uma fonte pouco explorada para a compreensão das transformações da Península Ibérica altomedieval, com as primeiras sínteses regionais sendo produzidas bastante recentemente.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages-Europe and the Mediterranean 400-800*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

<sup>2</sup> QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio. *Early Medieval Villages in Spain in the light of European experience. New approaches in peasant archaeology*. In QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio (Org.). *The archaeology of early medieval villages in Europe*. Lejona: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2009. p. 14.

<sup>3</sup> Ibidem. p. 13-14, 18-19.

Entre os medievalistas brasileiros, o uso da arqueologia é algo ainda extremamente incipiente, com a imensa maioria dos estudos enfocados exclusivamente na análise de fontes textuais. Assim, trabalhos que contribuem para tornar acessível os conhecimentos produzidos pela Arqueologia devem ser não apenas louvados, mas também divulgados no seio do medievalismo produzido no lado de baixo do Equador. Condição necessária para que a historiografia medieval brasileira possa se manter a par dos debates e inserida nos diálogos interdisciplinares que se desenvolvem entre nossos pares europeus.

Uma das referidas sínteses regionais dedicadas à Península Ibérica foi recentemente publicada e tem como foco a análise a região da bacia do rio Douro – uma área com cerca de 98.000 km<sup>2</sup> de extensão – entre os séculos V e VIII. Intitulado *Arqueología de las sociedades campesinas en la cuenca del Duero durante la Primera Alta Edad Media*,<sup>4</sup> o livro, de autoria de Carlos Tejerizo García, foi publicado em 2017 como um dos volumes da importante coleção de *Documentos de Arqueología e Historia* dirigida por Juan Antonio Quirros Castillo.

Este trabalho possui um enquadramento essencialmente arqueológico, justificado pelo autor tanto pela carência de documentação escrita na região e período, como pela convicção acerca da necessidade de construir uma narrativa essencialmente arqueológica do processo de passagem do mundo romano ao medieval na Península Ibérica.<sup>5</sup> O autor pretende que sua narrativa de base arqueológica possa posteriormente ser contrastada com as fontes escritas, as quais necessitam de um tratamento de desconstrução e apreensão teórica e metodológica específico.

Trata-se de um livro estruturado em seis capítulos acrescidos de um extenso conjunto de anexos com informações detalhadas sobre cada um dos sítios arqueológicos analisados. O primeiro capítulo intitula-se “‘Iluminando’ los siglos oscuros” e serve como introdução à obra. Nele o autor, além de enquadrar espaço-temporalmente o tema, discute alguns aspectos historiográficos fundamentais

---

<sup>4</sup> TEJERIZO GARCÍA, Carlos. *Arqueología de las sociedades campesinas en la cuenca del Duero durante la Primera Alta Edad Media*. Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2017.

<sup>5</sup> Ibidem. p. 38.

sobre o período. Destacam-se as visões negativas da Alta Idade Média, vista como um momento de crise, fomes, invasões dos povos germânicos, e como um período alheio a qualquer identidade própria, ora considerado o epílogo do mundo romano ora como o preâmbulo da “plena” Idade Média.<sup>6</sup>

No mesmo capítulo apresenta ainda o principal agente histórico que será o objeto de seu estudo, as sociedades camponesas que foram tradicionalmente apresentadas – com base quase que exclusiva na documentação escrita – como submetidas a uma pobreza profunda e à luta pela sobrevivência num ambiente natural hostil.<sup>7</sup> Nesse sentido, Tejerizo García aponta que:

(...) [seu objetivo é] realizar uma proposta de narrativa histórica das sociedades camponesas da Primeira Alta Idade Média entendida a partir de si mesmas, dotando-as de sujeitos históricos e agências sociais particulares. E, dentro destas múltiplas agências, é preciso ressaltar e situar em primeiro lugar a importância histórica que desempenharam as sociedades camponesas na configuração da Alta Idade Média.<sup>8</sup>

Além de circunscrever o trabalho no âmbito dos estudos sobre o mundo rural durante os primeiros séculos medievais, essas referências de partida conduzem a reflexão do autor ao segundo capítulo do livro, que leva o título “El campesinado de la Primera Alta Edad Media como sujeto de estudio”. Aqui, temos uma densa revisão dos estudos arqueológicos da Alta Idade Média na Espanha, em geral, e na bacia do Douro, em particular.

Tais estudos se iniciam entre meados do século XIX e princípios do XX e, após atravessar diversas fases específicas, é possível dizer que o grande desenvolvimento da Arqueologia na Espanha se deu apenas a partir da lei de patrimônio de 1985. Esse novo marco legal propiciou a ampliação dos estudos, ainda relativamente esparsos e localizados entre os anos 1990 e 2000, os quais culminaram nas primeiras décadas do XXI com os primeiros trabalhos dedicados a generalizações promovidas a partir da cultura material.

---

<sup>6</sup> Ibidem. p. 33.

<sup>7</sup> Ainda que longe de ser o único, um expressivo exemplo dessa postura historiográfica pode ser vista em GARCIA MORENO, Luis A.. *História de España Visigoda*. Madrid: Cátedra, 1989. p. 193-254.

<sup>8</sup> TEJERIZO GARCÍA. Op. Cit., p. 34.

Estabelecido o panorama, o autor desenvolve uma aprofundada discussão teórica sobre o conceito de campesinato, valendo-se do acúmulo reunido pela Antropologia. Além de destacar a importância da relação com a terra<sup>9</sup> e apontar as unidades domésticas como unidades básicas de produção e consumo,<sup>10</sup> outro elemento ressaltado pelo autor é a existência de aldeias formadas pela associação de diversas famílias camponesas.<sup>11</sup>

Feito o recorte do trabalho e enquadrado teoricamente, o autor passa então à discussão histórica propriamente dita em seu terceiro capítulo, cujo título é “El fin del dominio imperial romano en la cuenca del Duero: ss. IV-V d.C.” Aqui o foco recai no estudo dos últimos momentos de vigência do sistema imperial romano e seu processo de desagregação definitivo na península, e em como o seu curso impactou a bacia do Douro, zona central de interesse do livro.

Entre as transformações analisadas temos o que o autor avalia como uma decadência dos espaços urbanos da região, com o abandono de edifícios públicos e perda do urbanismo característico do período romano.<sup>12</sup> Outra mudança é vista nos espaços rurais, que experimentam uma intensa reestruturação com o colapso do sistema de *uillae*.<sup>13</sup> Do fim deste sistema de organização da produção agrária emergirá uma paisagem radicalmente outra, marcada por uma realidade de horizontes muito mais locais em comparação com as redes mediterrânicas às quais a bacia do Douro estava ligada durante a vigência do Império.<sup>14</sup> Além disso, uma outra marca da rearticulação do território com a desestruturação do Império Romano no século V é o aparecimento de assentamentos fortificados<sup>15</sup> e das chamadas necrópoles pós-imperiais.<sup>16</sup>

Do conjunto destas transformações se originam as primeiras aldeias altomedievais, que mantêm uma clara relação espacial com as antigas *uillae*

---

<sup>9</sup> TEJERIZO GARCÍA. Op. Cit., p. 57-58.

<sup>10</sup> Ibidem. p. 58.

<sup>11</sup> Ibidem. p. 57-59.

<sup>12</sup> TEJERIZO GARCÍA. Op. Cit., p. 77-80.

<sup>13</sup> Ibidem. p. 80-86. As *uillae* eram grandes propriedades aristocráticas bastante difundidas na Península Ibérica durante o Baixo Império Romano.

<sup>14</sup> Ibidem. p. 86-90.

<sup>15</sup> Ibidem. p. 100-109.

<sup>16</sup> Ibidem. p. 109-116.

romanas. Correspondência espacial que, contudo, não corresponde a uma continuidade funcional, já que os assentamentos assumiriam um caráter distinto que o autor considera vinculado a uma agência camponesa.<sup>17</sup> Assim, por exemplo, ocorrem o emprego de novos tipos de construção e o reaproveitamento dos antigos espaços monumentais para o desenvolvimento de atividades produtivas.

Ou seja, nesse capítulo terceiro da obra é abordada o que Tejerizo García designa de gênese das aldeias de primeira geração, ocorrida a partir da segunda metade do V. Contudo, vale ressaltar que a vigência destas primeiras aldeias é temporalmente breve, durando não mais do que cerca de 50 anos, uma vez que seriam na sequência substituídas numa segunda fase iniciada a partir de princípios do século VI. Desde então, uma rede de aldeias e habitações rurais isoladas bem mais complexa se desenvolve e se prolongará até o século VIII.

A estruturação e o desenvolvimento desta segunda etapa das aldeias altomedievais são abordados no capítulo quarto, sob o título “La segunda generación de granjas y aldeas en la cuenca del Duero”. Nesta seção do livro, Tejerizo García se dedica a estudar as transformações operadas na paisagem da bacia do Douro entre os séculos VI e VII, demonstrando que as aldeias que surgem passam a assumir um novo caráter menos espacialmente vinculadas aos antigos espaços das *uillae*.

Assim, propõe que as mudanças existentes são produto da ação das comunidades camponesas, que passam a existir alheias às amarras de um marco estatal e, portanto, em um contexto de liberdade relativamente ampliada.<sup>18</sup> Algo que se expressa em diversos fatores, como a ausência de uma produção orientada para a venda ou a diversidade produtiva das aldeias, indicativa de uma preocupação de minimizar os riscos de uma produção restrita.<sup>19</sup> Aponta, ainda, para uma realidade não fechada em si mesma, em que é possível verificar (arqueologicamente) inclusive a integração com base em alguns produtos que circulavam entre as várias aldeias, formando redes, tema que será o foco do

---

<sup>17</sup> Ibidem. p. 123.

<sup>18</sup> Ibidem. p. 127.

<sup>19</sup> Ibidem. p. 177.

capítulo cinco do livro, intitulado “La red de granjas y aldeas en la cuenca del Duero (s. VI-mediados del s. VIII d.C.)”.

Neste, o autor avança ainda mais no sentido de demonstrar que a paisagem altomedieval foi marcada por dinâmicas específicas próprias e não por uma dependência ou subalternidade em relação ao que foi o “passado romano”. O que pode ser visto pela localização espacial das aldeias dos séculos VI e VII que, em sua absoluta maioria, não se situam no curso das antigas estradas romanas mas em locais próximos a fontes estáveis de água, indicando mais uma vez uma mobilização camponesa, na visão do autor.<sup>20</sup> Ou seja, “(...) as aldeias de segunda geração estariam vinculadas com a própria expansão das sociedades camponesas da Primeira Alta Idade Média, já desligadas das antigas formas de gestão do espaço.”<sup>21</sup> Aldeias essas que conformavam um padrão de assentamento extensivo ocupando densamente o território.<sup>22</sup>

Ao longo dos séculos VI e VII ocorre uma redução do número de fortificações rurais que haviam aparecido no século V. Isso leva o autor a interpretar que há uma rearticulação aristocrática e do deslocamento das elites para espaços de poder protourbanos.<sup>23</sup>

Outro nível da transformação é aquele relacionado com as construções de igrejas no campo entre a sexta e a oitava centúrias, que, apesar de começarem a aparecer nesse momento são relativamente poucas e concentradas em espaços específicos. O que, por sua vez, indicaria zonas de maior avanço aristocrático e onde as elites podiam atuar de maneira mais explícita.<sup>24</sup>

Estes dois fatores demonstram que, a partir do século VI, manifesta-se a rearticulação dos poderes aristocráticos na bacia do Douro em relação com os poderes visigodos em locais como Toledo, Mérida e na Costa Mediterrânea. O autor aborda este fenômeno a partir do conceito de Estado, entendido como um bloco histórico – seguindo a perspectiva proposta por Poulantzas – que buscava

---

<sup>20</sup> *Ibidem*. p. 196-197.

<sup>21</sup> *Ibidem*. p. 203.

<sup>22</sup> *Ibidem*. p. 206-212.

<sup>23</sup> *Ibidem*. p. 215.

<sup>24</sup> *Ibidem*. p. 218.

estratégias conjuntas de expansão da sua dominação.<sup>25</sup> Busca, assim, superar a ideia de oposição entre um poder central e as aristocracias locais a partir da perspectiva de que ambos buscavam atuar em cooperação.<sup>26</sup>

Por fim, o sexto e último capítulo do livro – intitulado “Las sociedades campesinas de la Primera Alta Edad Media en la cuenca del Duero: una narrativa arqueológica y antropológica” – estrutura-se como uma conclusão. Nestas últimas páginas, além de sistematizar os problemas e lacunas que ainda se impõem à análise do mundo rural da bacia do Douro, enquadra uma narrativa histórica e integrada da arqueologia das sociedades camponesas altomedievais. Para tanto, as enquadra a partir do conceito de modo de produção camponês, entendido como

uma ausência da exploração por meios extra-econômicos que seria típica de modos de produção como o feudal, e uma relativa autonomia do campesinato para organizar a produção sob a forma hegemônica de propriedades de pequeno tamanho com o desenvolvimento escasso e pouco estimulado das forças produtivas e em que a unidade doméstica seria o elemento fundamental da organização socioeconômica.<sup>27</sup>

Ainda que possamos discutir a validade desta interpretação na medida em que cotejamos a leitura de Tejerizo García com a existente documentação escrita que é atravessada de exemplos de relações de dominação sobre o campesinato, é inegável que temos em mãos uma obra que merece a maior atenção dos historiadores europeus e brasileiros. Além da sua importância em si para o desenvolvimento dos conhecimentos arqueológicos do período, ela oferece um contraponto fundamental a uma documentação textual que é limitada em volume e em tipologias.

Dito isso, diversos pontos interessantes poderiam ser levantados para desenvolver as reflexões que o autor propõe. Um deles diz respeito à relevante discussão teórica que atravessa o marxismo sobre a possibilidade de enquadrar o

---

<sup>25</sup> *Ibidem*. p. 213.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> *Ibidem*. p. 241.

campesinato como uma classe social. Partindo das reflexões de E. P. Thompson, Tejerizo García afirma que

(...) o campesinato pré-capitalista não seria uma classe social subjetiva, mas sim objetiva e potencial. O interessante para uma antropologia do campesinato seria considerá-lo como uma classe social em termos analíticos e heurísticos na medida em que nos permitem uma aproximação de conjunto a esse grupo social, que se veria submetido a condições determinadas da luta de classe (...). Da mesma maneira, tratar-se-ia de uma classe social que conteria em seu seio diversas frações, grupos, subclasses etc. que geram, em um contexto histórico determinado, agências e interesses particulares que são mobilizados em circunstâncias específicas.<sup>28</sup>

Assim sendo, para o autor o campesinato seria uma classe social do ponto de vista da análise, estando na sua diversidade em oposição a uma aristocracia que por sua vez seria também heterogênea. O próprio autor reconhece que a conceituação do campesinato como classe social assume um forte caráter estruturalista, necessário quando se trata de avançar em definições. Buscando alternativas para superar essa perspectiva, propõe que o conceito “deve ser posto em movimento” com a análise concreta da dinâmica histórica, ou seja, a partir da análise da luta de classes. Algo feito com enorme habilidade pelo autor ao longo de toda a obra, e a partir da análise da cultura material.

Apesar da forma como o autor mobiliza essas referências teóricas ser coerente com o estudo que propõe, elas talvez não sejam as mais adequadas para lidar com documentação textual. Afinal, ele mesmo destaca que há uma distinção ontológica entre as fontes de natureza arqueológica e aquelas escritas.<sup>29</sup> Esse é um fator que talvez leve à necessidade de refinar a conceituação que ele avança no caso de estudos que venham a estar informados pelas demandas teóricas impostas por fontes de ontologias distintas.

Uma resenha não é o espaço para o aprofundamento de um debate teórico dessa natureza, mas vale ressaltar, por exemplo, que o autor ao longo da obra nos apresenta diversas aldeias da bacia do Douro que, em termos arqueológicos,

---

<sup>28</sup> *Ibidem*. p. 59-60.

<sup>29</sup> *Ibidem*. p. 38.



manifestavam uma estrutura interna e técnicas construtivas tendencialmente homogêneas. Em contrapartida, contudo, a restrita documentação escrita disponível nos apresenta uma realidade jurídica indicativa da existência de uma considerável diversidade de estatutos sociais – *seruus*, *ancilla*, *mancipium*, *ingenuus*, *libertus* etc. – que contrasta com o quadro decorrente dos testemunhos materiais.

O fato da definição de campesinato avançada por Tejerizo García estar calibrada para dar conta da realidade material das aldeias nas quais as diferenças de estatuto jurídico são praticamente invisíveis, ela acaba por não dar conta plenamente quando aplicada à análise da documentação escrita. Assim, seriam os ditos “escravos” desse período camponeses? Libertos em condição de obséquio? Ou seria algo restrito aos livres? Dessa forma, pode ser produtivo um pequeno ajuste na definição que supere, logo na partida, os supostos limites decorrentes da diversidade de estatutos sociais.

Nesse sentido, uma interlocução interessante seria com Van Der Ploeg, outro grande estudioso do campesinato, que propõe – em linhas muito gerais – que camponês é aquele que experimenta a “condição camponesa” historicamente.<sup>30</sup> Condição experimentada de forma que conceitualmente independeria de outras atividades produtivas também realizadas ou do status daquele que a exercer.

Isso nos remete ao conceito de experiência de E. P. Thompson,<sup>31</sup> âmbito teórico do qual já parte Tejerizo García mas que, se posto nos termos apontados por Van Der Ploeg, nos permitiria uma apreensão mais precisa do campesinato altomedieval ibérico sempre que lidarmos de forma conjugada com as fontes escritas e as provenientes da cultura material. Evidentemente, essa proposta consiste em um ajuste muito pontual visando, sobretudo, fomentar o debate sobre as possibilidades de uma apreensão teórica que permita uma análise totalizante daqueles que se dedicavam à produção agrícola no contexto em questão.

---

<sup>30</sup> VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *The New Peasantries - Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization*. Londres: Earthscan, 2008. p. 17-52.

<sup>31</sup> O conceito de experiência aparece primordialmente na obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Para uma introdução ao conceito de classe e experiência como proposto por E. P. Thompson vide MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2012. p. 83-97.

Muitos outros pontos e questões são suscitadas por este trabalho, porém, pela limitação do espaço disponível deixarei que aqueles interessados na obra avaliem por si mesmos. Por fim, resta apenas dizer que se trata, ademais, de um trabalho interessante não apenas para os especialistas no mundo altomedieval, mas a todo e qualquer historiador que se propõe à produção de uma História Social que busca a apreensão integral e dinâmica das sociedades. A obra é expressão, por fim, de uma riqueza teórica e de um rigor metodológico que em muito superam a arqueologia e o próprio medievalismo, servindo à formação geral dos estudiosos dedicados aos nossos campos de estudo.

Resenha recebida em 19.05.2019

Resenha aceita em 04.12.2019

